

RESOLUÇÃO POLÍTICA MESA NACIONAL 8 DEZEMBRO

1. Balanço das eleições norte-americanas

Donald Trump venceu as eleições presidenciais norte-americanas com uma vantagem de 3,7 milhões de votos sobre Kamala Harris. O Partido Republicano assegurou maioria em ambas as câmaras do Congresso. Trump reúne agora condições sem precedentes para impor o seu programa revanchista, autoritário e fascizante.

A vitória de Trump é o triunfo de uma “política identitária”, aquela que, em torno da plataforma MAGA (Make America Great Again) exalta as referências conservadoras associadas ao homem branco norte-americano. A introdução de novos elementos divisivos, como a sugestão de que os imigrantes substituiriam trabalhadores negros e hispânicos, ou os ataques à candidata democrata pela sua origem étnico-racial e de género, demonstram como Trump fez da política identitária uma arma da sua campanha.

O discurso económico de Trump recupera e adapta elementos do radicalismo neoliberal de Ronald Reagan. O individualismo exacerbado, a afirmação da lei do mais forte como mecanismo de ordem social e a exaltação dos inimigos, externos e internos, são mecanismos de produção de consenso social em torno de um programa de favorecimento de uma elite parasita e agressiva, cujo representante mais escabroso é Elon Musk.

As “guerras culturais” promovidas pela extrema-direita contra a democracia envolvem dois elementos de subversão conservadora: o darwinismo social como regra económica e a condenação dos direitos humanos e das conquistas emancipatórias das mulheres, das pessoas racializadas e LGBTQI+, à categoria de excessos identitários.

A maioria da classe trabalhadora mais pobre não votou em Trump. Por um lado, a abstenção cresceu, por outro, o Partido Democrata teve a maioria dos votos entre os eleitores com rendimentos inferiores (30 mil dólares ou menos). Ainda assim, os democratas perderam votos em todos os grupos demográficos, sobretudo entre minorias étnicas e mulheres, e Trump conquistou votos entre a população branca não escolarizada, sobretudo homens.

A derrota do Partido Democrata não pode representar a derrota da esquerda nem traduzir a desistência de uma suposta representação da classe trabalhadora, muito simplesmente porque os Democratas nunca defenderam programas de esquerda nos Estados Unidos e muito menos representaram a classe trabalhadora. O

bipartidarismo norte-americano é um sistema de duas elites políticas que, sob lideranças dinásticas, se integram no poder económico e financeiro, fiéis ao projeto de domínio imperial dos Estados Unidos.

O ressentimento político que Trump mobilizou com sucesso é o subproduto de um Estado que falhou na proteção social e laboral, na garantia de saúde e educação e mínimos de redistribuição de riqueza. As medidas económicas de Biden ficaram muito longe de responder ao efeito da inflação e da crise da habitação nos segmentos empobrecidos da população, cada vez mais amplos. Ao longo do mandato democrata, as prestações sociais e as medidas de redução do custo de vida foram substituídas por incentivos fiscais às empresas a pretexto de compensação pela escalada do conflito económico com a China, tratada por Biden como questão de “segurança nacional”. Na sua campanha, Harris fez-se acompanhar por pesos pesados da indústria financeira e da máquina de guerra norte-americana, e foi incapaz de se distanciar da cumplicidade da presidência anterior com a política genocida do Governo israelita em Gaza (cuja contestação foi duramente reprimida nos EUA).

O novo mandato de Donald Trump antecipa-se fanatizado pelos novos protagonistas da plataforma MAGA, negacionistas da ciência e das alterações climáticas, defensores do extrativismo fóssil e do choque fiscal a favor dos mais ricos. A sua eleição acelera a degradação das possibilidades de diálogo multilateral. Trump apoia Netanyahu, cultiva a proximidade com Putin e ensaia um conflito aberto com a China, face à qual radicaliza as suas promessas de protecionismo aduaneiro. As suas posições relativamente à invasão da Ucrânia tenderão a fazer desta guerra, cada vez mais, um encargo do braço europeu da NATO. Considerando as posições expressas nas últimas semanas pelos governos europeus, esta alteração não traz consigo qualquer garantia de paz.

A vitória de Trump alimenta a extrema-direita internacional e a sua política de ódio. Os novos governos da extrema-direita partilham uma agenda de destruição dos estados e de ainda maior empoderamento dos monopólios da atenção. Os interesses de Musk, Bezos ou Zuckerberg confundem-se com os do complexo militar-industrial internacional.

A esquerda deve rejeitar a armadilha das “guerras culturais” da extrema direita. A esquerda disputa as ideias universais de liberdade e igualdade. A partir desse imaginário, acolhe todas as lutas que cabem na agenda anticapitalista.

2. Escalada militarista

A poucos meses do final do seu mandato, Biden autorizou a Ucrânia a utilizar mísseis norte-americanos de longo alcance para atingir alvos em território russo. Esta decisão não serve a proteção da Ucrânia (não travou os bombardeamentos

russos às suas infraestruturas energéticas, que anunciam o pior inverno desde o início da guerra), tinha sido sempre recusada por Biden e por boas razões. O uso de armamento norte-americano para atingir território russo, bem para lá da linha da frente dos combates, comporta o risco de escalada nuclear.

Nesta escolha, todos os tratados internacionais são esquecidos, tal como no fornecimento pelo EUA de minas antipessoal que a Ucrânia já prometeu utilizar, muito embora seja signatária da Convenção de Ottawa, que proíbe o seu uso.

A União Europeia segue acriticamente a política de Washington e entra na corrida armamentista sem qualquer estratégia para a paz na Europa. Aumenta a despesa militar, debate o regresso do Serviço Militar Obrigatório e o envio de tropas, sem que se conheça qualquer iniciativa diplomática ou esforço pela efetividade das sanções contra o regime de Putin. As importações de combustíveis fósseis continuam através da frota sombra no mar Báltico.

No Médio Oriente, a duplicidade europeia fica escancarada. A União Europeia não só recusa impôr sanções efetivas a Israel, como apoia e financia o genocídio através do acordo comercial e do comércio de armas. A Alemanha, governada por socialistas e verdes, é o segundo fornecedor de armas a Israel, com 30% das importações israelitas. A aplicação do mandado de captura do Tribunal Penal Internacional contra Netanyahu é desconsiderada por países subscritores do TPI (da Hungria ao Reino Unido e à Holanda) e o governo israelita prossegue a limpeza étnica. O anúncio da ocupação da Cisjordânia em 2025 é o próximo passo da agressão colonial.

O apoio dos governos europeus e dos EUA a Israel minam a sua credibilidade interna e externa. Os escombros de Gaza sepultam também a credibilidade global do direito internacional e dos tratados saídos da segunda guerra mundial. Este é o tempo de todos os perigos, pelo que adquire importância estratégica a afirmação de um movimento de solidariedade com a Palestina. Neste movimento emerge, à escala global, uma nova geração de ativistas que recusam o cinismo dos impérios, a permanência do colonialismo e a banalização do crime contra a humanidade.

3. Campanha “Mais tempo e mais saúde para quem trabalha por turnos”

O Bloco realizou no passado dia 30 de novembro o XIII Encontro Nacional do Trabalho, em Ovar, que juntou cerca de uma centena de ativistas laborais, sob o mote “Organização de classe, trabalho com direitos, mais tempo para viver”. O Bloco deve enraizar-se no mundo do trabalho e contribuir para combater a estratégia das direitas e do seu governo, ampliando um sindicalismo de luta, capaz de acolher os segmentos mais precários da classe trabalhadora, de ganhar novos militantes, de recrutar os trabalhadores imigrantes.

Para o pós-Orçamento, o Governo anunciou a intenção de rever o Código do Trabalho, esvaziando as normas imperativas da lei e remetendo para a negociação desigual entre patrões e trabalhadores matérias tão importantes como os fundamentos dos contratos a prazo ou as regras de despedimentos. A direita ameaça avanços conseguidos em 2023, como o direito irrenunciável aos créditos laborais ou a presunção de contrato para as plataformas. O governo prepara uma reforma laboral de retrocessos, uma facilitação ainda maior da precariedade, a promoção do pagamento de prémios que substituem aumentos salariais, com óbvio prejuízo para quem trabalha e ataques à natureza 100% pública do regime da Segurança Social.

O Bloco vai empenhar-se, nos próximos meses, numa campanha de mobilização pública em torno da petição “Mais vida e saúde para quem trabalha por turnos”, lançada pelo partido, que responde a mais de 800 mil pessoas em Portugal a trabalhar por turnos e em trabalho noturno em fábricas, hospitais, call centers, centros comerciais, aeroportos, em vários segmentos da indústria e dos serviços públicos e privados. Esta campanha e esta petição não abrem só uma perspetiva de resistência, mas também projetam um horizonte de melhoria das condições de vida, mobilizando para a conquista de novos direitos: subsídio por turnos obrigatório, mais descanso, menos horas de trabalho semanais, antecipação da reforma em função do desgaste, limitação da laboração contínua. Em cada organização distrital, esta petição deve ser o mote para iniciativas públicas do Bloco.

4. A Mesa Nacional aprova o documento elaborado e submetido pelo grupo responsável pela elaboração de um programa de formação interna do Bloco de Esquerda.
5. A Mesa Nacional ratifica o texto final “Socialismo de Futuro”, saído da Conferência Nacional realizada nos dias 26 e 27 de outubro.
6. A Mesa Nacional convoca a XIV Convenção Nacional do Bloco de Esquerda para os dias 31 de maio e 1 de junho de 2025.